

Congresso veta alta do IOF em dura resposta ao governo

Líder petista prevê bloqueio de R\$ 12 bilhões

DA REDAÇÃO E ESTADÃO CONTEÚDO

Em derrota avassaladora do Governo Lula, o Congresso derrubou ontem os decretos do Executivo que aumentavam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O projeto de decreto legislativo, que susta os efeitos sobre o IOF, foi aprovado pela Câmara, por 383 votos a 98. No Senado, o texto teve votação simbólica, conforme sugestão do presidente Davi Alcolumbre (União-AP).

Antes de começar a análise no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com seus líde-

res no Congresso e ministros mais próximos. O núcleo do governo avalia pedir inconstitucionalidade do projeto ao Supremo Tribunal Federal (STF) ou cortar emendas.

Desde o então presidente Fernando Collor, o Congresso não derrubava um decreto do governo, havia 33 anos. A decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de antecipar a votação pegou o Palácio do Planalto de surpresa.

Segundo analistas, críticas do governo de que suas medidas tributárias



Alcolumbre (ao centro): bolsonaristas relataram textos nas duas casas

atingem o “andar de cima”, o que insinuava que o Congresso defende os interesses dos mais ricos, teria motivado a reação das duas casas. Mas há ainda outras brigas em curso, como liberação de emendas e disposição de pressionar um governo com queda

de popularidade e que não quer o ônus de assumir cortes de gastos.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse que a derrubada do decreto vai obrigar o governo a bloquear R\$ 12 bilhões do Orçamento. Em maio, Haddad já havia

BASTIDORES

Depois de não avisar o governo de que iria pautar a derrubada do IOF ainda ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), chamou o deputado Coronel Crisóstomo (PL-RO) para relatar o projeto.

Bolsonarista, Crisóstomo participou da coleta de assinaturas para a CPI da fraude do INSS. No Senado, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP), em sintonia com Motta, escolheu Izalci Lucas (PL-DF), outro ferrenho opositor, para a relatoria. No parecer pela derrubada, Izalci Lucas argumentou que o novo decreto do governo reintroduziu medidas que causaram reação no Congresso, apresentando “substancial aumento da carga tributária sob o disfarce de ajustes técnicos”.

bloqueado R\$ 31 bilhões. Lindbergh disse que Motta falou duas vezes em “reunião histórica” sobre as conversas com o governo a respeito das medidas tributárias e que foi pressionado pelos setores atingidos pelas medidas tributárias.